

Auditoria Independente e Governança Corporativa: Existe Inter-Relação?

Laura Lemes Caixeta¹

Vidigal Fernandes Martins²

RESUMO

Este artigo apresenta o resultado de um estudo bibliométrico e tem como objetivo descrever e analisar as publicações sobre Governança Corporativa inter-relacionadas com a auditoria independente, em 21 revistas brasileiras com critérios QUALIS de CAPES de A1 até B2, sem período de pesquisa previamente definidos. Este trabalho justifica-se pelo fato de ambos os temas serem uma condição indispensável para a estabilidade do mercado econômico. Neste trabalho, a Governança Corporativa é conceituada como um novo modelo de gestão adotado por empresas que procuram competição diferenciada no mercado, valorizando principalmente a transparência das informações. No mesmo contexto, a auditoria independente é considerada um instrumento de proteção, provocada pelo advento da globalização, principalmente após escândalos de informações contábeis distorcidas e irreais de grandes empresas. A auditoria externa tornou-se visível na evolução da busca das entidades pela confiança e veracidade das informações divulgadas pelas empresas de um modo geral, o que cria estabilidade em relação à segurança nos negócios. Este trabalho, portanto, tem a finalidade de verificar produções científicas que tiveram esse interesse em abordar esses temas correlacionados.

Palavras-chave: Governança Corporativa. Auditoria. Independente.

ABSTRACT

This article presents the results of a bibliometric study and its goal is to describe and analyze the publications about Cooperative Governance interrelated with Independent Audit, in 21 Brazilian journals with A1 to B2 in QUALIS system from CAPES (Brazilian Federal Agency for the Improvement of Higher Education), with no previously defined period of research. This paper is relevant because both themes have become an indispensable condition for the stability of the economic market. Cooperative Governance is seen as a new model of management adopted by companies that look for singular competition in the market, valuing, especially, the transparency of information. And, in the same context, Independent Audit is seen as a protection instrument, caused by the advent of globalization, especially after big companies' scandals of unreal and distorted accounting information, becoming visible the evolution of the search for trusty organizations and veracity of information, in general, released by the companies, creating stability to secure business. Therefore, this paper has the

¹ Bacharel em Ciências Contábeis - FACIC-UFU
lauralcaixeta@gmail.com

² Professor Adjunto - FACIC-UFU
Diretor de Planejamento da UFU
Vice-Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais - CRCMG
Membro da Academia Mineira de Ciências Contábeis
vidigal@ufu.br

goal to verify previous scientific publications that have had the same interest of approach to these correlated themes.

Keywords: *Cooperative Governance. Independent. Audit.*

1. INTRODUÇÃO

A transparência das informações em empresas gera maior segurança para investidores aplicarem seus recursos, sendo fundamental para o desenvolvimento do mercado financeiro de ações. Assim, a Governança Corporativa (GC) foi criada com a finalidade de fazer com que o mercado possa aumentar e garantir a transparência das informações, principalmente pelo aumento de investidores no mercado de ações e por suas exigências para com os gestores para se entrar em acordo sobre os interesses dos acionistas.

Para o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGG) (IBGC, 2013), a GC é um sistema em que as organizações são dirigidas e monitoradas, envolvendo os cotistas e os acionistas, o conselho da administração, a diretoria, a auditoria independente e o conselho fiscal.

A Governança Corporativa, sendo vista, geralmente, como atividade da alta gestão, é considerada eficaz somente se produzir resultados positivos em todos os níveis da organização, em âmbitos interno e externo, tendo uma preocupação fundamental à divulgação das informações à auditoria interna, a controles internos e gestão de riscos, e, também, à auditoria externa, pela veracidade das informações geradas para os *stakeholders*. Essa é a importante mudança entre a forma de atuação em relação à transparência das ações da auditoria e o relacionamento com os *stakeholders*. Com tudo, explica-se a vinculação entre a Governança Corporativa e auditoria externa. (DE LUCA et al, 2010).

A auditoria independente está entre os mecanismos para maximizar essa transparência e confiabilidade das informações em relação à gestão, com averiguações imparciais e capacidade técnica para avaliar os relatórios financeiros das companhias abertas.

De acordo com Hoog e Carlin (2009), a auditoria tem como objetivo averiguar a exatidão, a autenticidade e a integridade das informações de demonstrações financeiras, controles e demais documentos, junto de procedimentos técnicos com emissão de opinião através de parecer, tendo obrigatoriedade em empresas de capital aberto, por força do art. 3º da Lei 11.638/07.

Para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2013), a Governança Corporativa tem como práticas e finalidade a otimização do desempenho das empresas, evidenciando as

informações em virtude da transparência das organizações, protegendo todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores.

Buscando maior transparência das informações no mercado de capitais no Brasil, no ano 2000, Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA – lançou a classificação de três níveis diferenciados de Governança Corporativa: Novo Mercado, Nível 1, Nível 2. Esses segmentos foram desenvolvidos para estimular o mercado financeiro e complementar a legislação vigente. Assim como o IBGC e a CVM, esses segmentos de classificação da GC prezam por rígidas regras, mas são facultativas para que as empresas listadas possam aderir voluntariamente. Além disso, tais regras são bastante atrativas para futuros investidores, com a divulgação mais completa de informações para os gestores, controladores de companhias participantes do mercado, fazendo com que o risco é seja reduzido.

Baseado nisso, o problema de pesquisa do presente trabalho é: Qual a inter-relação entre auditoria independente e governança corporativa?

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi mapear e analisar produções acadêmicas publicadas que apresentar as inter-relações entre a auditoria independente e a governança corporativa, através de estudos já realizados em periódicos de A1 até B2, no critério QUALIS da CAPES.

Justifica-se o estudo pelo constante crescimento do mercado de capitais, sendo necessária a verificação de suas demonstrações financeiras por meio da auditoria independente, entendendo que as empresas listadas nos níveis de Governança Corporativa possuem maior nível de transparência e evidenciação dentre as outras empresas de capital aberto.

Este trabalho é relevante por considerar a importância da auditoria no contexto da Governança Corporativa, das empresas que adotam controles internos eficazes com o objetivo de exatidão, gerando uma maior confiabilidade, credibilidade e transparência das informações contábeis e financeiras e dos atos da administração para os principais interessados, os *skateholders*, provendo um envolvimento maior da responsabilidade na direção da empresa.

O estudo está estruturado da seguinte forma: na primeira etapa apresenta-se um referencial bibliográfico sobre auditoria independente e GC; na segunda, são apresentados trabalhos já realizados que discutem as correlações existentes entre auditoria independente e GC; na terceira etapa, os aspectos metodológicos que foram abordados; na quarta etapa, é feita uma apresentação e análise dos resultados; e, por fim, as considerações finais na última etapa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, será apresentada uma revisão bibliográfica sobre auditoria independente e Governança Corporativa, que foi utilizada como base para o entendimento e a análise dos estudos já realizados sobre a correlação entre esses temas.

Posteriormente, evidencia-se o perfil da produção científica na inter-relação de auditoria independente e GC, no qual se apresentam os estudos correlatos referentes a levantamentos bibliométricos relacionados ao tema.

2.1. Auditoria Independente/Externa

A palavra auditoria possui origem do latim *audire*, que significa ouvir, aquele que ouve. Já, para os ingleses, a palavra *auditing* tem outro sentido: revisão, correção, exame, ajustes (ALBERTON, 2002).

De acordo com Dantas (2015), a auditoria é um conjunto de procedimentos e técnicas de análise de documentos, livros e registros contábeis, que tem a finalidade de comprovar a veracidade e a conformidade com as normas de contabilidade, avaliando as demonstrações financeiras e emitindo um parecer sobre sua análise de forma clara e objetiva, sobre a adequação das demonstrações contábeis ou não, as normas e seus aspectos relevantes nas companhias.

Para Holmes (1956), auditoria é, basicamente, um exame de demonstrações e registros, em que o auditor observa com integridade, exatidão e autenticidade os tais documentos.

Carvalho e Pereira (2013) afirmam que a auditoria tem sua origem na Inglaterra, onde, antigamente, com o forte domínio do mercado de comércio, precisavam ser realizados exames nos investimentos mantidos fora do local-sede, pois havia negócios espalhados em diversos países.

O conceito de auditoria, no entanto, mudou com o passar do tempo. No século XIX, auditoria aparece como prática sistematizada. Em 1934, na criação do *Security and Exchange Commission* (SEC), o auditor assume uma grande importância nos Estados Unidos, quando empresas que tinham transações na bolsa de valores começaram a procurar e a sentir-se

obrigadas a buscar auditores para maior credibilidade nas demonstrações financeiras, tanto para sua gestão interna como na atração de investidores. (CARVALHO; PEREIRA, 2013).

No Brasil, nas últimas décadas, em função da necessidade legal de serem auditados os investimentos no exterior, instalaram-se diversas empresas com associações internacionais de auditoria independente, que iniciaram e trouxeram as práticas de auditoria para o país, sendo, posteriormente, aperfeiçoadas. Apesar de recente o trabalho dos auditores no Brasil, podem ser verificadas modificações significativas em ambiente regulador e normativo para atuação da auditoria no país, coincidindo com o crescimento e o desenvolvimento do sistema financeiro e do mercado de capitais, o que representa uma relevante importância da auditoria para o funcionamento saudável desses mercados (NIYAMA, 2011).

Segundo Silva (2002), a auditoria externa é realizada por um profissional independente, que não possui nenhum tipo de vínculo com a organização interna, evitando auditoria com vínculos e fraudes. Contudo, o principal trabalho da auditoria independente é a execução da conferência de dados através das escriturações contábeis, para confirmar se os dados descritos nos relatórios competem com a realidade e para interpretações da situação patrimonial e financeira da organização.

Planejar a auditoria externa é fundamental para obter sucesso na sua realização, principalmente para uma visão geral sobre a organização, evitando consequentes erros que comprometam a opinião do auditor, além de ser uma norma dos órgãos reguladores. No planejamento, devem ser levantadas informações para conhecer a organização, ramo de atividade, sua complexidade, relatórios, pareceres, entre outros informes necessários para determinar a natureza do trabalho a ser executado (NBC T 11 - IT - 07).

Existem diversos órgãos reguladores nacionais e internacionais de normas e procedimentos de auditoria, pois o trabalho dos auditores independentes possui uma atuação mundial, tendendo a uma padronização. Almejando atingir qualidade e atender aqueles que utilizam os resultados deste trabalho, apresentam-se, a seguir, os órgãos de contabilidade que o auditor deverá obedecer: *The International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), *The International Standards on Auditing* (ISA), *International Accounting Standards Board* (IASB), *International Financial Reporting Standards* (IFRS). No Brasil, os órgãos que avaliam a criação das normas internacionais e adaptam-nas para a realidade nacional são: Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e IBRACON.

Após as práticas das técnicas de auditoria, há a emissão do relatório, que comunica com os clientes e os *stakeholders* interessados na empresa auditada. Neste relatório, o auditor informa o alcance do seu trabalho, a forma que o realizou, os fatos relevantes observados e suas conclusões sobre as demonstrações contábeis (FRANCO, 2001).

Conforme a NBC T 11, item 11.3.1.1, o auditor gera o documento chamado de "Parecer dos Auditores Independentes", ou "Parecer do Auditor Independente", no qual ele expressa sua opinião sobre as demonstrações contábeis analisadas de forma clara e objetiva.

2.2. Governança Corporativa

O uso do termo Governança origina-se em análise de Ronald Coase, na década de 1930, sobre os dispositivos operacionalizados nas empresas para obtenção de uma coordenação eficaz. Na década de 1970, o termo tem uma circularização maior no debate político, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Na década de 1980, ressurgiu na capacidade financeira e administrativa no Estado, do Banco Mundial, pois se importavam com a boa governança (DALLABRIDA, 2006).

Na década de 1990, o tema Governança Corporativa ganhou notoriedade mundial com os escândalos financeiros, envolvendo organizações nos Estados Unidos que causaram prejuízos no mercado de capitais e despertaram a atenção da sociedade sobre a relevância desse assunto (BORGES; SERRÃO, 2005). A partir de então, foram definidas regras que regem o relacionamento dentro de uma companhia dos interesses de acionistas controladores, acionistas minoritários e administradores (GARCIA, 2005).

No Brasil, o tema foi impulsionado a partir do momento em que houve a entrada de investidores estrangeiros no mercado de capitais nacionais, o que provocou reestruturações societárias em empresas abertas, bem como modificações em suas estruturas de propriedade e gestão. Nesse cenário em que a governança surgiu e adquiriu importância no país (RIBEIRO; NARDI; NAKAO, 2003), havendo a necessidade de adoção das boas práticas de governança, foi publicado, em 1999, o primeiro código sobre governança corporativa, elaborado pelo IBGC. Inicialmente, o código trouxe informações sobre o conselho de administração e sua conduta esperada. Mais tarde, em 2002, a CVM lançou sua cartilha sobre o tema governança, focada nos administradores, conselheiros, acionistas controladores e minoritários, e auditores independentes (IBGC, 2014).

De acordo com Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2014), A Governança Corporativa tem sua maior preocupação na criação de mecanismos eficientes de RAGC, v.4, n.12, p.60-77/2016

controle que assegurem que os interesses dos acionistas e investidores estejam sempre alinhados com o comportamento dos executivos. A empresa, ao optar pela boa Governança e desejar atrair investimentos e negócios para o país, deve adotar:

Transparência, que mais do que obrigação de informar, é o desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de lei ou regulamentos. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações da empresa com terceiros. Não deve restringir-se ao desempenho econômico – financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem a criação de valor;

Prestação de contas (*accountability*), os agentes de Governança devem prestar contas de sua atuação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões; Equidade caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os sócios, gestores e colaboradores e demais partes interessadas (clientes, parceiros, governo e sociedade). Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto são totalmente inaceitáveis;

Responsabilidade corporativa, fazendo com que os agentes de Governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando a sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. (IBGC, 2014).

A ausência desses itens pertencentes aos bons sistemas de Governança Corporativa, pode causar às empresas fracassos decorrentes de abuso de poder; fraudes, quando se usa informações para benefício próprio; erros estratégicos, resultado de muito poder concentrado somente em uma área, colocando também em risco a credibilidade do mercado como um todo, com reflexos econômicos no mundo.

Slmoski et al. (2008) divide os mecanismos de monitoramento da Governança Corporativa em externos e internos. Exemplos de mecanismos internos são: o conselho de administração, o conselho fiscal, sistema de remuneração, a estrutura de propriedade e auditoria interna. Já, mecanismos externos: auditoria externa, o mercado de aquisição hostil, o mercado de trabalho competitivo e os agentes do mercado financeiro.

Relacionando-a à boa governança, problema de pesquisa deste trabalho, a auditoria externa, também chamada de independente, tem a responsabilidade de verificar os demonstrativos financeiros contábeis a fim de detectar se as informações ali contidas são fidedignas, ou seja, se estão de acordo com a realidade da empresa (SLMOSKI et al, 2008).

Andrade e Rosseti (2006) afirmam que a GC pode contribuir em três frentes para o desenvolvimento econômico do país ao influenciar: a) empresas, havendo melhora da imagem institucional, aumento da liquidez e da valorização das ações e menor custo de capital; b) investidores, garantindo seus direitos, maior precisão na precificação das ações, qualidade das informações e acompanhamento, e menores riscos; c) mercado de capitais, sendo uma

alternativa viável de capitalização, gerando aumento das emissões e das aberturas de capital e maior liquidez.

De acordo com a Bovespa (2013), a adoção de boas práticas de governança corporativa pelas companhias confere maior credibilidade ao mercado acionário e, como consequência, aumenta a confiança e a disposição dos investidores em adquirirem as suas ações, pagarem um preço melhor por elas, reduzindo seu custo de captação.

A Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) criou níveis diferenciados de governança corporativa (NDGC), que são divididos em: nível 1, nível 2 e nível 3 (ou Novo Mercado). São todos destinados à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de GC adicionais em relação ao que é exigido para o mercado tradicional.

A BM&FBovespa, ao criar o Novo Mercado, também criou, em 2001, um novo índice de ações, chamado de índice de governança corporativa (IGC), formado apenas por empresas que adotam as práticas dos níveis diferenciados de governança. A criação do IGC tornou mais fácil a implementação de pesquisas em governança, possibilitando estudos de comparação entre empresas que possuem níveis diferenciados de GC e empresas pertencentes ao mercado tradicional da BM&FBovespa.

A principal inovação do Novo Mercado em relação ao mercado tradicional e aos níveis 1 e 2 é a exigência de que o capital social da companhia seja composto somente por ações ordinárias. As companhias nível 1 comprometem-se, principalmente, com melhorias na prestação de informações ao mercado e com a dispersão acionária. As companhias nível 2 comprometem-se a cumprir as regras aplicáveis ao nível 1 e, adicionalmente, um conjunto mais amplo de práticas de governança relativas aos direitos societários dos acionistas minoritários.

No Quadro 1, na página a seguir, estão detalhadas as regras exigidas nos segmentos Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado.

No Brasil, a adesão aos níveis de governança corporativa da BM&FBovespa passou a ser quase uma condição para as empresas abrirem seu capital, especialmente no caso de elas necessitarem de financiamentos com taxas de juros reduzidas ou investimentos de instituições financeiras. Ademais, a governança passou a ter importância para investidores, analistas de mercado, bancos, instituições de investimento, agências de *rating*, fundos de pensão e *private equities* no processo de avaliação e valorização das empresas (AUDIT COMMITTEE INSTITUTE, 2007).

Em suma, pode-se dizer que a governança corporativa no Brasil tem apresentado sinais de evolução, mas ainda carece de aperfeiçoamentos legais, institucionais e de monitoramento a fim de proporcionar maior reconhecimento nacional e internacional às empresas que escolhem o caminho da boa governança no país.

Quadro 1 - Exigências dos segmentos de mercado criados pela BOVESPA.

Nível	Exigências
Nível 1	1. Manutenção de uma parcela mínima de 25% de ações no mercado (<i>free float</i>); 2. Realização de oferta pública de ações (OPA's), via mecanismos que favoreçam a dispersão do capital; 3. Melhoria das informações prestadas trimestralmente; 4. Cumprimento das regras de transparência (<i>disclosure</i>) em operações envolvendo ativos de emissão da companhia por parte de controladores ou administradores; 5. Divulgação de acordos de acionistas e programas de opções (<i>stock options</i>); e 6. Disponibilização de um calendário anual de eventos corporativos.
Nível 2	Acrescentam-se aos requisitos anteriores: 1. Mandato unificado de um ano para todo o conselho de administração; 2. Disponibilização de balanço anual segundo as normas do US GAAP ou IAS; 3. <i>Tag along</i> de 100% para acionistas ordinários e mínimo de 70% para acionistas preferencialistas; 4. Direito de votos às ações preferenciais em algumas matérias, como transformação, incorporação, cisão e fusão da companhia e aprovação de contratos entre companhia e empresas do mesmo grupo; 5. Obrigatoriedade de realização de uma OPA para todas as ações em circulação, pelo valor econômico, nas hipóteses de fechamento do capital ou cancelamento do registro de negociação nesse nível; e 6. Adesão à câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários
Novo Mercado	Além das obrigações dos Níveis 1 e 2, as companhias devem: 1. Emitir apenas ações ordinárias; 2. Conceder <i>tag along</i> de 100% sem distinguir acionistas; e 3. Estabelecer período de vedação à negociação das ações por parte dos controladores originais (<i>lock up</i>) de seis meses + 60% nos seis meses subsequentes.

Fonte: Bovespa, 2013.

3. METODOLOGIA

Conforme descrito anteriormente, para avaliar a inter-relação entre auditoria independente e as práticas de governança corporativa, o método utilizado neste estudo será a pesquisa com estudo descritivo e abordagem quantitativa, realizado com variáveis bibliométricas.

Araújo (2006) entende a bibliometria como um estudo quantitativo e estatístico de publicações do conhecimento científico. Lei de *Bradford*, Lei de *Lotka* e Lei de *Zipf* são leis básicas que a bibliometria possui, sendo que a de *Bradford* é conhecida pela produtividade de periódicos em revistas, a *Zipf*, pela frequência de ocorrência de palavras, e *Lotka*, pela produtividade dos autores (VANTI, 2002, p. 153).

Para constituir a amostra desse estudo, foram escolhidas revistas científicas brasileiras, com critérios QUALIS da CAPES de A1 a B2, como fonte de dados de artigos científicos

Para a seleção dos artigos que integram esta pesquisa, foram escolhidas as fontes de informações dispostas no Quadro 2, na página a seguir:

Como estratégias de busca, foram combinados os seguintes termos nos campos de busca: (1) “Governança Corporativa”; (2) “Auditoria”; (3) “Auditoria Independente”; (4) “Auditoria Externa”; (5) “Governança Corporativa” e “Auditoria Independente”. Não houve recorte temporal para seleção dos artigos digitais.

Foi realizada a leitura dos resumos dos 282 artigos inicialmente coletados, possibilitando a exclusão de 92 artigos que não tinham nenhum dos temas relevantes em discussão no trabalho. Do total, 114 artigos abrangiam o tema de Governança Corporativa com interface também em outros assuntos; 27 artigos relacionados com o tema de auditoria interna, 42 artigos em auditoria independente/externa, e artigos inter-relacionados os temas GC e auditoria independente/externa. Assim, foi possível construir a base de dados em forma de planilha eletrônica, totalizando cinco artigos, que formaram a população da presente pesquisa com as seguintes variáveis de análise: (1) Título do periódico; (2) Autores; (3) Metodologia Utilizada; (4) Objetivos; (5) Resultados; (6) Ano de publicação. Não foram consideradas como variáveis de interesse a quantidade de documentos e a variação da quantidade ao ano.

Os artigos digitais que inter-relacionam os temas Governança Corporativa e auditoria independente/externa estão distribuídos em duas revistas de títulos diferentes: Revista Contabilidade & Finanças, da USP (A2) e Revista Contemporânea de Contabilidade, da UFSC (B1), com média aritmética simples de 2,5 artigos por revista.

Quadro 2 - Revistas utilizadas com suas especificações QUALIS da CAPES.

Revistas	ISSN:	CAPES/QUALIS
Base (UNISINOS)	1984-8196	B1
BBR - <i>Brazilian Business Review</i>	1808-2386	A2
Contabilidade Vista & Revista	0103-734X	B1
Contabilidade, Gestão e Governança	1984-3925	B2
Contextus (Fortaleza)	2178-9258	B2
Custos e @gronegócio Online	1808-2882	B1
Enfoque: Reflexão Contábil	1984-882X	B2
Informação & Sociedade (UFPB)	1809-4783	B1
RAC - Revista Contemporânea de Contabilidade	1415-6555	A2
RAE - Revista de Administração de Empresas	2178-938X	A2
RAM. Revista de Administração Mackenzie	1678-6971	B1
RAUSP-e (São Paulo)	1984-6142	A2
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	1983-0807	B1
Revista Contabilidade & Finanças	1808-057X	A2
Revista de Administração (São Paulo) - RA USP	1984-6142	A2
Revista de Ciências da Administração (CAD/UFSC)	2175-8077	B1
Revista de Contabilidade e Organizações	1982-6486	B1
Revista Economia & Gestão	1984-6606	B2
Revista Universo Contábil	1809-3337	B1
REGE Revista de Gestão	2177-8736	B2
Revista Contemporânea de Contabilidade – UFSC	2175-8069	B1

Fonte: Dados da pesquisa.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção, segue uma análise quantitativa das variáveis de estudo e um levantamento dos dados dos artigos encontrados.

4.1 Informações sobre os autores

A Tabela 1, abaixo, revela que não existe frequência de publicações escritas pelo mesmo autor, percebendo-se uma diversificação dos autores que abordam a inter-relação dos temas abordados.

Tabela 1 - Autores dos artigos selecionados para o estudo.

Autores	Frequência	Frequência %
Patricia Maria Bortolon	1	9%
Fernanda Furuta	1	9%
Rodrigo Telles Pires Hallak	1	9%
Adriano Gomes da Silva	1	9%
Sandra Mara de Jesus	1	9%
Alfredo Sarlo Neto	1	9%
Ariovaldo dos Santos	1	9%
Andre Luiz Carvalhal da Silva	1	9%
Antonio Robles Junior	1	9%
Luiz Alberton	1	9%
Thaís Barreto Santos	1	9%
Total	11	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na Tabela 2 apresentam-se as formações acadêmicas dos autores. Foi verificado que, dos 11 autores que aparecem nos artigos analisados, seis, ou seja, a maioria, têm disponível na plataforma *curriculum lattes* informações acerca de suas formações, que são: Administração, Ciências Contábeis e Medicina, apresentando frequência de 33% cada.

Tabela 2 - Formação Acadêmica

Formação Acadêmica	Frequência	Frequência %
Administração	2	33%
Ciências Contábeis	2	33%
Medicina	2	33%

Total	6	100%
-------	---	------

Fonte: Dados da pesquisa.

O nível de escolaridade (Tabela 3) evidencia que a maioria (67%) têm nível de doutorado e o restante (17%), mestrado e graduação, conforme a tabela a seguir:

Tabela 3 - Nível de escolaridade

Nível de Escolaridade	Frequência	Frequência %
Doutorado	4	67%
Mestrado	1	17%
Graduação	1	17%
Total	6	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 Informações sobre os artigos

A amostra coletada apresenta 100% de seus artigos no mesmo tipo de veículo de divulgação, a revista. Com 80% de frequência de publicação na Revista Contabilidade & Finanças, da USP, e 20% na Revista Contemporânea de Contabilidade, da UFSC. Essas informações estão na tabela 4, a seguir:

Tabela 4 - Revistas

Revistas	Frequência	Frequência %
Revista Contabilidade & Finanças – USP	4	80%
Revista Contemporânea de Contabilidade – UFSC	1	20%
Total	5	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto às metodologias utilizadas, a pesquisa descritiva foi a mais utilizada, sendo aplicada em 80% dos artigos e, seguida da pesquisa exploratória, usada em 20% dos artigos. Assim, nenhuma pesquisa explicativa foi encontrada. A tabela 5 descreve a frequência dos estudos por metodologia utilizada:

Tabela 5 - Estudos metodologia utilizada

Metodologia Utilizada	Frequência	Frequência %
Pesquisa Descritiva	4	80%
Pesquisa Exploratória	1	20%
Total	5	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 6 apresenta o número de artigos publicados por ano que inter-relacionam Governança Corporativa e auditoria independente. Nota-se que o maior número de publicações ocorreu no ano de 2012, apresentando uma frequência de 40%, enquanto que os anos de 2007, 2008 e 2010 apresentam uma frequência de 20%.

Tabela 6 - Ano de Divulgação

Ano de Divulgação	Frequência	Frequência %
2007	1	20%
2008	1	20%
2010	1	20%
2012	2	40%
Total	5	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

São Paulo é o estado brasileiro com maior percentual de participação na divulgação da amostragem deste trabalho. Dos 5 artigos selecionados, 80% são de origem paulistana e 20%, santa catarinense (Tabela 7).

Tabela 7 - Local de divulgação.

Local de Divulgação	Frequência	Frequência %
São Paulo	4	80%
Santa Catarina	1	20%
Total	5	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

As palavras-chaves encontradas nos artigos têm maior frequência (20%) em Governança Corporativa; em segundo lugar (10%), em auditoria, equidade, transparência; e as demais palavras-chaves, inseridas na Tabela 10, seguem com frequência de 5% (Tabela 8).

Tabela 8 - Frequência das palavras-chaves nos artigos.

Palavras-chaves	Frequência	Frequência %
Governança corporativa	4	20%
Comitê de Auditoria	1	5%
Despesas com auditoria	1	5%
Sarbanes-Oxley	1	5%
Custos de auditoria	1	5%
Conselho Fiscal adaptado	1	5%
Despesas com consultoria	1	5%
Auditoria	2	10%
Formulário de referência	1	5%
Equidade	2	10%
Empresa de Capital Aberto	1	5%
Transparência	2	10%
<i>Auditorship</i>	1	5%
<i>Public Company</i>	1	5%
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, objetivou-se demonstrar, por meio de um estudo bibliométrico, a inter-relação da auditoria independente com a governança corporativa.

Para atingir a proposta do trabalho, o primeiro objetivo específico foi identificar artigos alinhados à inter-relação entre os temas abordados, adicionalmente à análise bibliométrica a fim de identificar as características da produção científica.

Por meio das análises realizadas e dos resultados obtidos, respondeu-se à pergunta de pesquisa: Qual a inter-relação entre auditoria independente e governança corporativa?

Foi possível perceber a importância das atividades de auditoria, que tornaram as companhias mais eficazes e coerentes, oferecendo contínuas melhorias para potencializar seus controles internos (contábeis e operacionais), dando aos gestores a oportunidade de detectar, no exato momento, o surgimento de problemas, e não quando surtirem efeitos negativos sobre as atividades e o patrimônio da empresa.

Ademais, constatou-se que a utilização da GC assegura os direitos dos acionistas, uma boa gestão administrativa, transparências nas informações em demonstrações contábeis, além

de agregar valor e confiabilidade ao mercado de capitais. O objetivo de fornecer informações e demonstrações claras, que protejam a situação patrimonial e financeira, melhorando controles internos, gerar bom relacionamento entre as partes interessadas e credibilidade no mercado de capitais são interesses tanto da Governança Corporativa quanto da auditoria independente. Conclui-se, por fim, que a adoção de boas práticas de CG e as vantagens da auditoria trazem maiores investimentos a custos menores, fazendo com que a companhia seja mais atrativa a investidores.

Nos resultados bibliométricos, foi possível constatar que existem poucos estudos publicados relacionando aos dois temas. Por meio da pesquisa inicial de artigos em busca das palavras-chave Governança Corporativa e auditoria independente/externa, foram encontrados 282 artigos. No entanto, apresentavam estudos inter-relacionados aos temas somente 5 artigos, 2% do valor total, em revistas centralizadas, sem frequência de autores, com um maior número de publicações no ano de 2012, período que se tornou base de dados desta pesquisa.

Devido ao pequeno número de estudos encontrados sobre o tema, sugere-se, portanto, a realização de pesquisas futuras que abordem casos práticos em análises de qualidade e impactos da auditoria independente nas empresas que já possuem Governança Corporativa.

REFERÊNCIAS

- ALBERTON, L. **Uma contribuição para a formação de auditores contábeis independentes na perspectiva comportamental**. 2002. 272 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa, Florianópolis, 2002.
- ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança corporativa**: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BORGES, L. F. X.; SERRÃO, C. F. de B. Aspectos de Governança Corporativa Moderna no Brasil. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 111-148, dez. 2005.
- BOVESPA – BM&FBOVESPA. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 7 dez. 2013.
- BEUREN, M. I. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- CARVALHO, F. L.; PEREIRA, N. A importância de auditoria externa na detecção de fraudes. **Semana acadêmica**, v. 1. n. 43, 2013. Disponível em: RAGC, v.4, n.12, p.60-77/2016

<http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/a_importancia_da_auditoria_externa_na_deteccao_de_fraudes.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2016.

CVM – COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: a densidade institucional e o capital social no processo de gestão e desenvolvimento territorial. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2006, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: Unisc, 2006. Disponível em: <www.capitalsocialsul.com.br>. Acesso em: 1 jul. 2014.

DANTAS, P. **Auditoria**. Disponível em: <http://paulodantas.com.br/revisao_auditoria.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2015.

GARCIA, F. A. **Governança Corporativa**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005

HOLMES, A. W. **Auditing, principles and procedure**. 4. ed. Homewood: R. D. Irwin, Inc., 1956.

HOOG, W; A. Z; CARLIN, E. L. B. **Manual de Auditoria Contábil**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBCG. **Governança Corporativa**. Disponível em <<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=17>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

KPMG'S AUDIT COMMITTEE INSTITUTE. **O Desenvolvimento da Governança Corporativa no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://www.kpmg.com.br/aci/publicacoes/2008/sintese_resultado_13mesa.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2015.

MURITIBA, S. N. **Envolvimento dos conselhos de administração na estratégia das organizações**. 2009. 159 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NIYAMA, J. K. et al. **Evolução da regulação da auditoria independente no Brasil: análise crítica, a partir da teoria da regulação**. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14641/1/ARTIGO_EvolucaoRegulacaoAuditoria.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2014.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE INTERPRETAÇÃO TÉCNICA NBC T 11 - IT - 07 PLANEJAMENTO DA AUDITORIA. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1107.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2014.

SILVEIRA, A. Di M. **Governança corporativa e estrutura de propriedade**. 2004. Tese. (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2004.

SLOMSKI, V. et al. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

CAIXETA, L.L; MARTINS, V.F.

SILVA, L. I. S. **A contabilidade**. 2002. Disponível em:
<http://www.sinescontabil.com.br/trabs_profissionais/A_Contabilidade_e_oProcesso_de_Comunicacao/>. Acesso em: mar. 2014.

TIROLE, J. **The Theory of Corporate Finance**. 1. ed. Princeton: Princeton University Press, 2005.